



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Exercício profissional do/a Assistente Social: a dimensão investigativa na profissão

Resumo

O artigo apresenta resultados da pesquisa de Mestrado, cujo objetivo foi analisar a dimensão investigativa no exercício profissional do/a Assistente Social vinculado à Política de Saúde no município de Cuiabá-MT. Utilizou-se a pesquisa descritiva de natureza qualitativa, com a realização de entrevista de maneira livre com seis Assistentes Sociais. Os resultados apontaram a necessidade de investimentos em estudos e pesquisas, assim como incentivar na graduação e no processo de formação permanente a discussão sobre a dimensão investigativa, haja vista que esta favorece o conhecimento a partir da sistematização das ações práticas e do planejamento, em articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Palavras-chave: Serviço Social; Exercício Profissional; Dimensão Investigativa.

Professional work of the Social Worker: the investigative dimension in the profession

Abstract

The article presents results of the Master's research, whose objective was to analyze the investigative dimension in the professional work of the Social Worker linked to the Health Policy in the city of Cuiabá-MT. Descriptive research of a qualitative nature was used, with a free interview with six Social Assistants. The results pointed out the need for investments in studies and research, as well as to encourage in the undergraduate and the ongoing formation process the discussion about the investigative dimension, since it favors knowledge from the systematization of practical actions and planning, in articulation with the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions.

Keywords: Social service; Professional Exercise; Investigative Dimension.

Introdução

O Serviço Social tem como profissional o/a Assistente Social inserido em diferentes espaços sócio ocupacionais como trabalhador assalariado, e esse estatuto na relação com o projeto ético-político da profissão tem seus pontos de tensionamentos e implicações diretas e indiretas no “pensar” e no “fazer” profissional.

Enquanto profissional que lida com a questão social em suas múltiplas expressões, este tem seu trabalho requisitado pelo Estado para atender as necessidades e demandas sociais via políticas sociais. Para identificação das necessidades o profissional a partir dos conhecimentos teóricos e demais mediações estabelecidas de cunho ético, político, prático, e pela análise da realidade social, institucional e suas relações tem seu exercício profissional sustentado na perspectiva de efetivação dos direitos.

O estudo da dimensão investigativa no Serviço Social embora não seja inédito, se apresenta enquanto necessário à categoria profissional dentre outros motivos por identificar pouca produção de conhecimento sobre a dimensão com especificidade no exercício profissional, e, por compreender o peso privilegiado que a investigação tem no

Serviço Social, no reconhecimento da pesquisa e do posicionamento analítico como condições essenciais para o exercício profissional (IAMAMOTO, 2015).

Trata-se ainda de uma dimensão que não é apenas concebida como instrumento ou estratégia necessária para a intervenção, mas é apreendida como mediação que atravessa as dimensões instrumental, formativa, política e intelectual do exercício profissional. Por isso, a dimensão investigativa é tida como parte constitutiva e constituinte do exercício profissional, levando a um processo de análise crítica e à construção de caminhos para a reflexão teórica e prática do Serviço Social.

Assim, diante da importância da investigação, e também dos desafios para a compreensão da sua particularidade, temos como objetivo apresentar elementos acerca da dimensão investigativa no exercício profissional do/a Assistente Social identificados a partir dos dados levantados na pesquisa realizada para dissertação de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá. Utilizamos a pesquisa descritiva, de natureza qualitativa. Além das fontes bibliográficas e documentais. Foram entrevistadas de maneira livre seis Assistentes Sociais vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá-MT. Foram respeitados os princípios da ética em pesquisa, tendo o projeto sido aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/Humanidades/UFMT nº 1.918.577.

A Política de Saúde e o Serviço Social: breves apontamentos

A Política de Saúde enquanto integrante do sistema de proteção social se materializa nas Leis Orgânicas da Saúde (8.880/1990 e 8.142/1990), no Decreto 99.438/1990 e nas Normas Operacionais Básicas (NOB's), sendo que este conjunto de marco regulatório reafirma a Saúde como um direito de cidadania, objeto de obrigatoriedade e responsabilidade pública. E ainda promoveu mudanças na sua concepção, estrutura organizacional e lógica de gerenciamento e de controle social e participação popular.

Para Matos (2009), a Constituição de 1988, especificamente na área de Saúde, significou importantes inovações, começando pela própria concepção ao princípio da universalização pelo acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema não contributivo, na qual preconiza a visão do sujeito na sua integralidade. A sua gestão considera os princípios da descentralização das ações, da hierarquização dos níveis de complexidade dos serviços, a integralidade das ações e a participação da população na gestão da política.

No entanto, apesar de o Estado ter assumido legalmente a Política de Saúde na Constituição, regulamentado em leis as suas responsabilidades, a década de 1990 foi

marcada pela adesão mais incisiva aos preceitos neoliberais que já estavam em curso no âmbito mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), mas que intensificaram especialmente nessa década, tendo como um dos marcos a formulação e orientações do Plano Diretor da Reforma do Estado dirigido por Bresser Pereira (1996).

Embora houvesse o reconhecimento de significativos direitos sociais, em contrapartida se presenciavam as dificuldades de legitimação pelo “processo de ‘desfiguração’ das conquistas sociais previstas na Carta Magna [...] [e o] enfraquecimento dessas conquistas, como sucumbência destas ante os ditames do neoliberalismo” (PEREIRA, 2012, p. 735).

A Política de Saúde apresentou seus retrocessos, a qual Bravo (2009) infere que foi vinculada a lógica do mercado, destacando-se as parcerias com a sociedade civil com objetivos de responsabilização pelos custos da crise. Nota-se a clara adesão ao projeto neoliberal, o que representa até os dias atuais sua crescente repercussão na reprodução dos interesses capitalistas, por meio da redução do gasto social pela racionalização da oferta e descentralização pela isenção de responsabilidade do poder central (BRAVO, 2009, p. 35). As principais características deste Projeto estão: na lógica do mercado, no incentivo a parcerias com a sociedade civil e privatizações.

Diante desse cenário que tendencialmente tem apontado para o retrocesso dos direitos sociais, e particularmente a área da saúde, que se evidencia a necessidade da continuidade e renovação da luta na defesa das propostas da “Reforma Sanitária”, sinalizando o importante movimento de articulação entre profissionais e usuários na consolidação do SUS.

Entre os profissionais que tem participação nesses processos de lutas e atuam neste espaço há os/as Assistentes Sociais que tem na profissão de Serviço Social um projeto que abarca entre os seus princípios defesas que vão ao encontro daqueles manifestados pelo Movimento de Reforma Sanitária.

Sobre essa relação do Serviço Social com a Saúde, Bravo e Matos (2009) afirmam que a categoria cresceu na fundamentação e consolidação teórica, contudo houve poucas alterações na intervenção profissional. A maioria dos profissionais que se aliavam à vertente marxista estava nas universidades, e pouco se expressou no cotidiano dos serviços, rebatendo inclusive na atuação do Serviço Social na área da Saúde.

Assim, se identificavam intervenções pontuais e emergenciais que careciam da maior apropriação da dimensão investigativa, tendo como norte os parâmetros éticos, políticos e influências teóricas hegemônicas na profissão, o que pouco se expressou diante do que se atribuía ao Serviço Social na Saúde. Pouco se desenvolveu de pesquisa e,

consequentemente, dos processos investigativos que orientassem na relação das situações singulares com a totalidade da realidade social.

Desse modo, se por um lado, é possível reconhecer os avanços na profissão, inclusive nos parâmetros éticos, políticos e normativos que constituem o seu projeto hegemônico a partir da década de 1980, por outro, vemos a dificuldade da sua operacionalização e mais explicitamente nos espaços de atuação em que são formuladas e executadas as políticas sociais.

Uma realidade que considerando a Política de Saúde o Serviço Social vem tentando reconstruir, posicionando-se pela defesa de uma Saúde pública, universal e de qualidade, conforme o projeto da Reforma Sanitária ainda em movimento e em disputa com o projeto privatista, que tem nas últimas décadas ganhado cada vez mais espaços com o incentivo e as propostas dos últimos governos.

Desse modo, respaldado para defender uma atuação competente e crítica do Serviço Social na área da Saúde, é essencial: a articulação com movimento da classe trabalhadora e usuários que lutam pela efetivação do SUS; a viabilização do acesso aos serviços de Saúde em qualquer nível de complexidade, visando a proposta do SUS como direito conforme prevê o Projeto de Reforma Sanitária; a construção conjunta dos trabalhadores da Saúde para a garantia nas unidades de espaços de participação popular e dos próprios trabalhadores no planejamento e decisões das ações; a elaboração e participação de capacitações e projetos de educação permanente; articulação e participação dos profissionais nos espaços e movimentos da categoria, assim como da busca pela construção das relações interdisciplinares, multiprofissionais e intersetoriais. Dimensões constitutivas tanto do Projeto Profissional como do projeto de Saúde, o qual a categoria defende a Saúde pública, universal e de qualidade (BRAVO, MATOS, 2009; VASCONCELOS, 2009; SODRÉ, 2010).

Mencionamos ainda a necessária organização, sistematização e planejamento do exercício profissional e a realização e publicização de estudos socioeconômicos, bem como de pesquisas voltadas para área da Saúde e a atuação do Serviço Social. São essas, conjuntamente com outras ações, que irão desenvolver e evidenciar a particularidade da dimensão investigativa no exercício profissional como dimensão que possibilitará pensar em novas estratégias e possibilidades de intervenção na área da Saúde e nos demais espaços de atuação do Serviço Social.

A dimensão investigativa enquanto dimensão constitutiva do exercício profissional

O Serviço Social, embora seja uma profissão eminentemente interventiva, tem na sua dinâmica uma intrínseca relação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que dão à profissão a sua especificidade, dentre essas dimensões a investigativa, reconhecida e explicitada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, como princípio e condição central tanto na formação como no exercício profissional.

Essa dimensão é componente essencial para a construção de um perfil profissional que perpassa a formação na graduação e se estende ao exercício profissional, tendo em vista o caráter criativo, propositivo de apreensão crítica da realidade e suas determinações na perspectiva da totalidade.

Se evidencia nas Diretrizes Curriculares a indissociabilidade da dimensão investigativa com outros componentes curriculares, nota-se nos princípios a relação da pesquisa com as dimensões investigativa e interventiva, embora tenham as suas particularidades. É importante destacar que “pesquisa” e “dimensão investigativa” diferem em suas concepções e significados, dependendo do lugar em que são situadas essas expressões. A *pesquisa*, ou, mais especificamente, *pesquisa científica*, pressupõe um rigor metodológico, objetivando a produção de conhecimentos sem o compromisso imediato com o exercício profissional. A *dimensão investigativa* direciona-se a atividade técnico-operativa do/a Assistente Social, orientada para subsidiar a intervenção, o que não impede que leve a um estudo mais elaborado que aponte indicativos para pesquisas científicas (CHAVES, 2013; CORTÊS, 2013; NETTO, 2009).

A dimensão investigativa aparece como exigência na própria intervenção profissional tornando-se condição para a ultrapassagem da aparência na busca por evidenciar a essência dos fenômenos. Imbricada nesta dimensão também está a referência teórico-metodológica, que permitirá realizar as articulações para subsidiar as decisões e ações no exercício profissional, contribuindo para uma atuação crítica (BATTINI, 2009), e, sobretudo qualificada que caracterize a especificidade do exercício profissional do/a Assistente Social. Para Iamamoto (2012, p. 220-221), do profissional

[...] requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade política que movem a ação.

É apropriar-se de fato da dimensão investigativa, vislumbrando a ultrapassagem das práticas imediatas e pragmáticas, orientando-se por uma postura crítica, criativa, na construção de respostas que incorporem uma dimensão política a partir da leitura e reflexão

da realidade, nos nexos entre a singularidade das situações, a particularidade das demandas emergentes na realidade institucional, e a universalidade da dinâmica da sociedade em suas determinações e relações sociais.

No entanto, essa dimensão por vezes é obscura, uma vez que a investigação tem sido tratada como elemento necessário para o exercício profissional, mas ainda é vista como um outro componente, “apropriada” quando se tem condições de realizar pesquisa. Uma das dificuldades em se realizar pesquisa é reiterada por Bourguignon (2008) ao considerar que não são todos os profissionais que conseguem manter ativa a atitude investigativa e desenvolver a pesquisa no seu espaço sócio ocupacional, devido às exigências do mercado de trabalho e da própria instituição, mantendo assim as práticas voltadas para as demandas institucionais.

Diante disso, frisa a importância da sistematização do conhecimento como forma de estimular o/a profissional na problematização da realidade do seu trabalho, forçando este, o processo de reflexão para a construção do conhecimento a partir do objeto de intervenção. Além disso, imprimir significado ao processo de investigação, que requer dentre outros fatores, investimento na formação permanente e amadurecimento teórico-metodológico.

Assim elencamos alguns pontos que consideramos que fazem parte desta dimensão investigativa, mas que perpassam pelas demais dimensões da profissão, uma vez que essas se relacionam intrinsicamente, embora cada qual tenha as suas particularidades. Destaca-se:

1) O subsídio teórico - compreendendo que as ações profissionais realizadas, tendo como norte a teoria, é que possibilitará o direcionamento, redefinições, proposições e qualidade técnica e político no exercício profissional.

2) A sistematização da prática - o que permite a identificação e problematização das condições do exercício profissional, selecionar e classificar os fenômenos existentes, e assim identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para sua melhor compreensão, além da apropriação de determinado referencial teórico que permita a interpretação (GUERRA, 2009). Para realizar esse trabalho, é essencial a organização de dados, informações e sistemas a partir de determinada realidade do cotidiano profissional para subsidiar a formulação de políticas, programas e projetos, bem como na geração de indicadores para avaliação. Inclusive, para a produção de conhecimentos, o que possibilitará a análise a partir da realidade concreta para então elaborar e implementar ações que de fato respondam as necessidades reais dos sujeitos envolvidos.

3) O planejamento - o que tem sua relação com a sistematização na busca em atribuir prioridades, objetivos e finalidades, e além disso prevê resultados da ação com vista

a sua materialização considerando o que é necessário e possível. Isso associa-se as questões: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*, que orientam para as estratégias e técnicas de intervenção do/a Assistente Social, para a análise e planejamento das suas ações.

Os pontos elencados determinam as requisições ao/a profissional, em que é preciso que se vislumbra possibilidades de intervenção que ultrapasse a reprodução de tarefas inespecíficas e imediatas. Por isso, é fundamental que o/a profissional de Serviço Social reconheça as suas atribuições e competências, e as diferencie das requisições estabelecidas nos espaços sócio-ocupacionais, buscando construir habilidades e saberes em resposta as mudanças na dinâmica da sociedade contemporânea e suas relações.

Sabemos que, para qualificar a intervenção, temos que fortalecer a formação e a produção teórica do conhecimento em Serviço Social, pela mediação da pesquisa e a dimensão investigativa, sendo estas as condições indispensáveis para subsidiar a construção de saberes comprometidos com um exercício profissional competente.

A dimensão investigativa no exercício profissional do/a Assistente Social

Em relação os resultados da pesquisa, no que se refere as atribuições privativas do/a Assistente Social, as informações vão ao encontro com outros estudos, quando aponta a dificuldade dos/as Assistentes Sociais em identificar e situar as suas atribuições privativas com base na Lei de Regulamentação e nos Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2013), tendo suas ações submetidas às requisições institucionais o que não são exclusivas do Serviço Social.

Com relação as atribuições profissionais as entrevistadas demonstraram, que ainda existem muitos equívocos por parte da instituição, equipe de trabalho e outros profissionais sobre o papel do Serviço Social, de um lado influenciado pela trajetória da profissão na Política de Saúde, onde ocupou preponderantemente o lugar da assistência. De outro, o cotidiano do exercício profissional é marcado pela contínua necessidade de dar respostas às demandas assistenciais e emergenciais diante da fragilidade dos serviços de diferentes níveis da Política.

Assim, mesmo a profissão tendo incorporado ao longo de sua trajetória outras atribuições que extrapolam, e muito, o âmbito da assistência, o/a Assistente Social permanece enfrentando desafios para que a instituição e os profissionais entendam suas atribuições. Esta percepção e posicionamento enviesados da profissão requerem do/a profissional conhecimento da sua profissão para não se submeter a equívocos, já superados, que levam às ações que configuraram expressões de um conservadorismo que historicamente a profissão tem lutado para romper.

É preciso que esses desafios sejam visualizados pelos Assistentes Sociais como meios que impulsionem o pensamento a criar estratégias que levem o conhecimento aos demais profissionais sobre as suas atribuições através de reuniões, debates, organização e planejamento das suas ações. É ainda importante frisar que os desafios são endógenos e exógenos à profissão, sendo também necessário o reconhecimento do próprio Assistente Social, das suas atribuições privativas, competências e habilidades.

As entrevistadas indicam que as demandas para o Serviço Social se expressam pelas requisições institucionais e algumas são provenientes dos usuários. As demandas se apresentam na superficialidade e na imediatividade, como um fim em si mesma, desprovida de mediações que lhe atribuam um sentido mais totalizante. Dessa maneira, são necessárias as competências para que essas sejam processadas no campo das mediações para uma intervenção crítica, propositiva e de compromisso ético-político com a classe trabalhadora (CORTÊS, 2013; PONTES, 1999).

Desse modo, as atribuições e as demandas são apresentadas pelos Assistentes Sociais, ora enquanto procedimentos técnicos quando se referem à visita domiciliar, triagem, cadastramento, orientações; ora como instrumental técnico através das entrevistas, ficha socioeconômica; ora como *problema social*, quando se refere a relacionamentos, conflitos familiares, doenças, situações de violência. E ainda, aquelas atividades voltadas para agilização de vagas, benefícios, encontros com famílias, palestras, etc. (COELHO, 2013).

As entrevistas demonstraram a necessidade da qualidade técnica e política dos profissionais para identificar as demandas, assim como a necessidade de construir a articulação do trabalho em equipe interdisciplinar tanto para realização de reuniões que possibilitem discussões e elaboração de projetos, ações, organizações de rotinas, como para incentivar o trabalho intersetorial, o estímulo ao controle social e a organização e mobilização dos usuários, o desenvolvimento de atividades voltadas a divulgação e defesa dos direitos sociais, e o investimento em capacitação continuada.

Sem dúvidas, a busca pela capacitação continuada e pela permanente atualização e articulação com os meios que favorecem o conhecimento para uma intervenção mais qualificada requer iniciativas da categoria profissional. Atualmente existem recursos disponíveis via os meios de informatização que contribuem para o acesso ao conhecimento, principalmente, operacional, seja através de cursos *online*, inclusive ofertados pelos próprios Ministérios responsáveis pelas diferentes políticas, seja a existência de indicadores que possibilitam a realização de levantamentos pela disposição de dados econômicos, sociais, políticos, institucionais e territoriais.

No entanto, existe outros fatores a serem destacados como: constata-se que o avanço desses meios de informatização abre possibilidades e podem facilitar o acesso e o aprimoramento técnico na área da política, mas deixam um vazio na discussão sobre o Serviço Social. E ainda, a ampliação no número de atribuições sob a responsabilidade do Serviço Social nas instituições, ampliaram-se também as demandas postas pelos usuários que fazem com que as profissionais não tenham tempo de acessar as informações disponíveis. Tais condições limitam as profissionais para esses momentos de estudos no próprio período de trabalho, o que exige destes a busca pós expediente para sistematização, elaboração de projetos, planejamento.

No tocante ao planejamento e a sistematização da ação profissional, os profissionais afirmam participar do planejamento institucional mais amplo, enquanto que no setor e/ou na esfera do Serviço Social (profissional) não há indicação sobre a realização do planejamento para a intervenção profissional. É importante frisar que identificamos no decorrer das entrevistas tentativas de realização do planejamento das ações por algumas das profissionais, sendo que o Serviço Social se mostra sempre à frente das possíveis articulações para esse trabalho. No entanto, estas se deparam com barreiras que parecem “intransponíveis”, dadas às relações de trabalho, a dificuldade de planejar/articular as ações com profissionais de outras áreas e com a coordenação do setor, e, por vezes, entre Assistentes Sociais da própria instituição.

O planejamento está para além das requisições impostas aos profissionais, uma vez que prevê a ampliação das estratégias de intervenção com o necessário respaldo teórico, técnico ético e político na busca pelo conhecimento da dinâmica societária, dos sujeitos envolvidos, dos projetos em curso e, das próprias políticas setoriais, na sua dinâmica legal e operacional.

As entrevistadas apontam reiteradamente como principais condicionantes ao exercício profissional a necessidade de condições objetivas de trabalho, além da capacitação apresentada como componente fundamental para uma intervenção competente. Dessa maneira, mostra-se a necessidade de maior investimento e atenção da categoria profissional por intermédio dos Conselhos em articulação com a academia e outras entidades para as capacitações, assim como a disponibilidade e busca de estratégias dos profissionais para priorizar o reconhecimento da importância da formação permanente, prevendo ações mais qualificadas e propositivas.

É fundamental que o/a profissional de Serviço Social reconheça as suas atribuições e competências, e diferenciem das requisições estabelecidas nos espaços sócio-ocupacionais, buscando construir habilidades e saberes em resposta as mudanças na

dinâmica da sociedade contemporânea e suas relações, e para isso destacamos a importância da dimensão investigativa nesse processo. Sabemos que, para qualificar a intervenção temos que fortalecer a produção teórica do conhecimento em Serviço Social, pela mediação da pesquisa e a dimensão investigativa, sendo estas as condições indispensáveis para subsidiar a construção de saberes comprometidos com um exercício profissional competente.

Outro aspecto identificado nas entrevistas foi uma certa imprecisão pelas profissionais na compreensão da dimensão investigativa, uma vez que não indicam diretamente o que entendem por esta dimensão, mas direcionam para o reconhecimento da sua importância para a qualidade dos serviços prestados com relação ao atendimento, assim como da articulação com outras políticas, para subsidiar os possíveis encaminhamentos.

Isso nos remete a reconhecer que nas diferentes instituições em que atua o/a Assistente Social identifica-se a intensificação das atividades, o que favorece para que o atendimento emergencial ocupe toda jornada de trabalho, e os/as profissionais não disponham de tempo para analisar, indagar a realidade e o seu próprio exercício profissional. Para responder as exigências institucionais as Assistentes Sociais passam a agir de modo espontâneo, cumprindo rotinas no âmbito da singularidade, e apreendendo apenas as aparências da realidade (COELHO, 2013).

Contrário a essa dinâmica, é a partir da pesquisa de situações concretas, da importância dos dados registrados, que se vislumbram as respostas mais qualificadas e diferenciadas a partir dos nexos estabelecidos com outras situações emergentes no espaço sócio ocupacional e com a realidade mais ampla.

Apesar de avançarem na perspectiva do campo das necessidades que ultrapassam o caráter individual dos atendimentos realizados, as profissionais não apontam para a realização de ações concretas. Existem tentativas de articulações, até mesmo da utilização dos dados para o início de elaboração de projetos de intervenção, porém, reiteram o desafio de se obter avanços e até mesmo para continuar no trabalho de elaboração e levantamentos de dados com o grande número de atendimentos, pouco apoio dos profissionais para um trabalho que exige o empenho da equipe, ausência de incentivos da gestão e escassos recursos.

As entrevistadas identificam o levantamento de dados como estratégia importante para evidenciar o trabalho do Serviço Social no seu espaço de atuação; outras para visualizar apenas o seu aspecto técnico-instrumental diante do registro dos atendimentos. E ainda identificam como subsídio para o exercício profissional, para a identificação de demandas mediante o diagnóstico sócio territorial e daquelas advindas das

necessidades dos usuários, assim como viabiliza identificar elementos importantes para a elaboração de projetos de intervenção e potencializa a prática da pesquisa.

Nessa prática da pesquisa é envolvida a dimensão investigativa, já que esta presume um resultado da pesquisa entendida como produto real e objetivo, uma vez que considera o conhecimento sobre a matéria imediata ou mediatizada, é uma ação realizada para se pensar e criar novas respostas em uma perspectiva de transformação do real. Esse movimento é o que torna implícita a unidade teoria-prática (BATTINI, 2009).

Portanto, assumir essa postura profissional tendo como subsídio a atitude crítica-investigativa possibilita que o/a Assistente Social não só construa e tenha como horizonte intervenções mais propositivas e consequentes na realidade social e institucional, como qualifica o seu saber e o seu exercício profissional mediante o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades profissional e também intelectual. Desta maneira concordamos que, “a atitude investigativa tem que ser estimulada desde a formação na graduação e compõe, ao longo do processo de inserção do profissional na realidade, um dos pilares para a construção e investigação dos objetos de atenção do Serviço Social” (BOURGUIGNON, 2008, p.111).

Sendo assim, na busca de uma prática pensada e avaliada nas suas consequências, é no planejamento que os Assistentes Sociais podem se preparar para o exercício profissional. Embora a graduação ofereça (não definitivamente) os instrumentos teóricos que possibilitam a apreensão do movimento da realidade social, é ao planejar – o que envolve a investigação, apropriação de informações, sistematização da prática, definição de objetivos, indicadores e análise concreta de situações concretas – que os profissionais ampliam sua formação acadêmico-profissional e podem contribuir com a equipe, com os usuários para as possíveis mudanças nas condições materiais de vida e de trabalho (VASCONCELOS, 2015).

Ao falar dos elementos que as entrevistadas identificam como limitadores para a materialização da dimensão investigativa no exercício profissional observamos que existe a repetição dos aspectos que julgaram ser empecilhos para o desenvolvimento de uma intervenção qualificada, entre eles reiteram a precarização das condições de trabalho; a disponibilidade do tempo diante do grande número de demandas (sobrecarga de trabalho); a falta de recursos (humanos, financeiros, técnicos); dificuldade de articulações na equipe de trabalho, e nas relações intrasetorial; as relações de poder; a rotatividade; a falta de capacitação; o pouco incentivo da gestão para o desenvolvimento de projetos; a dificuldade na continuidade e acompanhamento dos serviços prestados; ausência do planejamento; a

dificuldade de sistematizar o trabalho e os poucos espaços para discussões e apropriação de referenciais teóricos da profissão.

Já como elementos facilitadores e/ou estratégias para a materialização da dimensão investigativa no exercício profissional apontam: a realização de reuniões, do planejamento das ações; a existência de instrumentais técnicos; a aproximação entre a academia e as instituições; o trabalho coletivo; a sistematização de dados e organização dos registros; o desenvolvimento da capacidade criativa e o conhecimento para não recair no atendimento burocrático; pensar as ações considerando os interesses profissionais e institucionais; apoio da coordenação; apoio do Conselho profissional; condições de trabalho e a possibilidade de realização de visitas domiciliares; elaboração de projetos; e investimentos em capacitações.

Mesmo com os limites existentes no cotidiano profissional, é preciso que os Assistentes Sociais utilizem da dimensão investigativa que é própria da sua competência para identificar e criar mecanismos e estratégias de ação no enfrentamento das condições adversas que lhes são impostas, e que pesam para todos profissionais e para o conjunto da classe trabalhadora na sociedade capitalista (VASCONCELOS, 2015).

Para avançar nessa dimensão, partimos do pressuposto de que todo trabalho profissional possui uma direção política, ética e teórica, e no exercício profissional existem objetivos previstos, sejam eles do espaço em que atua ou não. Para o alcance desses objetivos, demarcamos a importância da sistematização, para que através dela seja possível não só a identificação como também a problematização das condições de trabalho, das políticas sociais e das demandas da instituição e dos usuários.

É a partir dos dados registrados na intervenção cotidiana que o/a Assistente Social poderá identificar os fenômenos, classificá-los, analisá-los para pensar as possibilidades de propostas de intervenção. Para este processo é fundamental a sustentação teórica-metodológica para elencar e direcionar os eixos problematizadores da reflexão do exercício profissional, que recobra a dimensão crítica-investigativa, a partir do movimento dialético do próprio trabalho do/a profissional como participante de um processo coletivo que vise a (re) construção de estratégias institucionais e profissionais nas respostas atribuídas não só as demandas, mas compreendendo também a dimensão política que há nelas. Isso requer maior atenção no atendimento das demandas via políticas sociais e na sua formulação.

Considerações Finais

Os dados levantados chamam atenção à categoria para pensar sobre a dimensão investigativa e a pesquisa na sua vinculação com a intervenção profissional. Percebemos que

existe entre os/as Assistentes Sociais a dificuldade de reconhecerem e legitimarem nos espaços sócio-ocupacionais as suas atribuições privativas e competências, em decorrência das demandas institucionais impostas e do pouco respaldo nos documentos e literatura própria do Serviço Social e daquelas específicas da sua atuação na Política de Saúde.

Ainda que os sujeitos entrevistados demonstraram que existe a preocupação em ter suas ações articuladas aos interesses dos usuários de seus serviços, estes não dispõem de condições objetivas que viabilizam a realização de um trabalho que rompa com práticas conservadoras, imediatas e emergenciais. Isso implica na dificuldade de apropriação de referenciais teóricos, éticos e políticos que possibilitem ações mais efetivas e propositivas, o que nos remete a identificar que a dimensão investigativa na perspectiva abordada na profissão ainda não faz parte da intervenção cotidiana dos profissionais, embora haja o reconhecimento da sua importância.

A sistematização de dados que poderia subsidiar os profissionais na identificação de demandas, na projeção e priorização de ações, na construção de projetos de intervenção e de pesquisa, não é desenvolvida pela maioria das entrevistadas, embora apresentem tentativas. Nessa relação o planejamento também é fragilizado, demonstrando pouca articulação entre os profissionais – seja entre Assistentes Sociais da própria instituição, equipe multiprofissional, ou de diferentes setores/instituições das políticas sociais – para se pensar e organizar coletivamente reuniões, encontros sistemáticos que possibilitem discussões sobre os atendimentos e demais situações que circundam o trabalho profissional e/ou institucional para pensar e construir planos e ações, o que se restringe a eventos pontuais, datas comemorativas, sem proposições de intervenções mais direcionadas e qualificadas.

Apesar de tais apontamentos, reiteramos a importância de encontrar meios para consolidar lugar à pesquisa, e logo, o fortalecimento da dimensão investigativa no Serviço Social. Isso implica no reconhecimento da relação das dimensões investigativa e interventiva constitutivas do PEP, como Guerra (2016) sinaliza, ainda existe a dificuldade na compreensão da dimensão investigativa, quando ela está nas próprias atribuições privativas da profissão, nas competências e em algumas requisições das políticas sociais, como na realização de pesquisas, vistorias, perícias, laudos, elaboração de pareceres, são requisições em que se detém de uma dimensão investigativa, e ela exige a pesquisa concreta de situações concretas.

Neste sentido, a pesquisa pode conduzir para um redimensionamento dos espaços profissionais através do conhecimento da instituição, da correlação de forças, e a construção de estratégias para intervir em determinadas situações. Por isso, a dimensão

investigativa ela requer saberes teórico-metodológicos, mas também saberes interventivos, é preciso da intervenção para buscar os objetos da investigação, assim como é necessário desenvolver na intervenção aquilo que foi qualificado a partir da investigação (GUERRA, 2016, informação verbal).

Assim, entendemos que a dimensão investigativa indica novas propostas de pensar e agir, e favorece o alcance de objetivos, e a identificação de possibilidades que permitem vislumbrar novas alternativas de trabalho mediante ações mais qualificadas, criativas e propositivas, considerando também o aprimoramento da capacidade crítico-investigativa e intelectual que esse trabalho encerra.

Por isso, a importância da criação de mediações que incentivem e fortaleçam essa dimensão através da pesquisa, do conhecimento e ação como processo de uma construção coletiva, que se alicerça principalmente no ato de planejar, na importância dos registros de informações e dados qualificados e sistematizados no exercício profissional por meio dessa ação investigativa que se insere na dimensão técnico-operativa, e ela indissociada das dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. Nov. 1996.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. BAPTISTA, Myriam Veras. BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. – São Paulo: Veras Editora, 2009, p. 53-77.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. (Biblioteca básica de serviço social, v.2). 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. MOTA, Ana Elizabete [et al.], (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 88-110.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. MOTA, Ana Elizabete [et al.], (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 197-217.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília (DF), 2013.

CHAVES, Camila Nogueira. As dimensões da pesquisa em Serviço Social: contribuições para compreender a dimensão investigativa no interior do projeto de formação profissional. GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (Orgs.). **Temas contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 57-78.

COELHO, Marilene. **Imediatividade na prática profissional do Assistente Social**. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CORTÊS, Sarah Tavares. **Articulação da instrumentalidade no exercício profissional do assistente social em Natal/RN**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal, 2013.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In: Direitos Sociais e competências profissionais*. ABEPSS e CFESS. (Org.). Brasília: Universidade de Brasília-UNB CEAD, 2009.

_____. Diretrizes Curriculares: a pesquisa na formação e no trabalho profissional. Comunicação apresentada ao **XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Ribeirão Preto – SP, 4 a 9 de dezembro, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. – São Paulo, Cortez, 2015.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

MATOS, Maurílio Castro de. **Cotidiano, Ética e Saúde: o Serviço Social frente à contra-reforma do Estado e à criminalização do aborto**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In: Direitos Sociais e competências profissionais*. ABEPSS e CFESS. (Org.). Brasília: Universidade de Brasília-UNB CEAD, 2009.

PEREIRA, Potyara Armazoneida Pereira. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 729-753.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. *In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 4* – Brasília: CEAD, 1999, p. 36-50.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 103, jul./set. 2010, p. 453-475.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. MOTA, Ana Elizabete [et al.], (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 242-272.